

I

Um problema

Ler

Quando o pequeno Gustave Flaubert, perdido, ainda “bestial”, emerge da primeira infância, as técnicas estão à sua espera. E os papéis. O adestramento começa: não sem sucesso, ao que parece; ninguém nos diz, por exemplo, que tenha tido problemas para caminhar. Pelo contrário, sabemos que o futuro escritor tropeçou foi quando se tratou da prova primordial, o aprendizado das palavras. Tentaremos ver, mais adiante, se teve, desde o princípio, dificuldades para falar. O certo é que se saiu mal em outra prova linguística, iniciação e rito de passagem, a alfabetização: uma testemunha conta que o menino aprendeu a ler muito tarde e que seus familiares o tinham então por criança retardada. Caroline Commanville, de sua parte, faz o seguinte relato:

“Minha avó havia ensinado o filho mais velho a ler. Ela quis fazer o mesmo com o segundo e pôs mãos à obra. A pequena Caroline, ao lado de Gustave, aprendeu logo, mas ele não conseguia, e depois de esforçar-se bastante para compreender aqueles signos que nada lhe diziam, chorava muito. No entanto, estava ávido por aprender, e seu cérebro trabalhava... (um pouco mais tarde, o pai Mignot lia para ele) nos incidentes causados pela dificuldade de aprender a ler, o argumento final de Gustave, irrefutável segundo ele, era: ‘Para que aprender, se Papai Mignot lê?’. Mas a idade de ir para a escola se aproximava, era preciso aprender a qualquer preço... Gustave dedicou-se resolutamente e, em alguns meses, alcançou as crianças de sua idade.”

Veremos que essa relação difícil com as palavras determinou sua carreira. Alguns dirão que devemos acreditar na sobrinha de

Flaubert. E por que não? Ela vivia na intimidade do tio e da avó: é desta que tira suas informações. Se lhe dermos total crédito, no entanto, seremos desviados pelo falso bom humor do relato. Caroline corta, expurga, suaviza; apesar de, por um lado, o incidente relatado não lhe parecer comprometedor, ela o retoca, abusando da severidade à custa da verdade. Basta uma leitura para encontrar a chave dessas deformações dúplices e opostas: o objetivo é agradar sem perder o tom de boas maneiras.

Voltemos à passagem que acabo de citar: não teremos dificuldade alguma em vislumbrar a verdade da ingrata infância de Gustave. Dizem-nos que o menino chorava muito, que estava ávido por aprender e que sua impotência o desolava. Depois, um pouco mais adiante, mostram-nos um preguiçoso fanfarrão, teimoso em sua recusa de aprender: para quê?, o pai Mignot lê para mim. Será o mesmo Gustave? Sim, a primeira atitude é provocada por uma constatação feita por ele mesmo: adversidade das coisas, incapacidade de sua pessoa. O *Outro* está presente, sem dúvida: é a testemunha, é o meio opressor, é a exigência. Mas este não provoca o pesar do pequeno, relação espontaneamente estabelecida entre os imperativos inanimados do alfabeto e suas próprias possibilidades. “Eu devo mas não posso.” A segunda atitude supõe uma *relação agônica* entre o filho e seus pais. Caroline Commanville conta-nos, como que de passagem, que havia incidentes; é o suficiente. Esses incidentes não começaram logo de início. Houve o tempo da paciência, depois o da aflição, por fim o da censura: no início, culpam a natureza, mais tarde acusam o pequeno de má vontade. Ele responde com bazófia que não sente a necessidade de aprender a ler; mas já foi vencido, já foi ludibriado: quer explicar sua recusa em instruir-se, portanto admite-a; os pais não pedem mais que isso, e todas as suas impaciências são justificadas. A humildade desarmada, o orgulhoso despeito que faz a vítima retomar por conta própria o malicioso querer do qual é falsamente acusada, essas duas reações estão separadas por vários anos. Houve, na casa dos Flaubert, certo mal-estar quando Gustave, confrontado com as primeiras obrigações humanas, revelou-se incapaz de cumpri-las. Esse mal-estar, amplificado de modo gradual, persistiu por muito tempo, aguçou-se. Uma violência foi cometida contra o menino. Essa violência, tão ligeiramente evocada mas tão legível, é suficiente para macular o bondoso relato. Uma estranha confusão da sra. Commanville acentua nosso desconforto: ela insinua que Gustave e Caroline Flaubert aprenderam

a ler juntos. Ora, Gustave era quatro anos mais velho que a irmã. Supondo que a sra. Flaubert tenha começado a ensiná-lo por volta dos cinco anos, a filha mais nova, com doze ou treze meses, assistiria às lições do berço. Os três filhos de Achille-Cléophas, cada um por sua vez, tiveram aulas particulares com a sra. Flaubert, o segundo nove anos depois que o mais velho aprendeu a ler, a terceira quatro anos depois que o segundo foi iniciado. No entanto, a sra. Commanville, sem intimidar-se com esses grandes intervalos, convoca no mesmo parágrafo os dois tios e a mãe. Por que, visto que não estudaram juntos? Leia-se bem: a sra. Flaubert fez-se professora do brilhante Achille; com Gustave, ela retoma a experiência. Porque seus êxitos iniciais a haviam convencido de seus dons pedagógicos: Achille deve ter sido uma criança prodígio. E Caroline, a última a vir, mãe da narradora, aprende brincando. Gustave está encurralado entre duas maravilhas: inferior tanto a esta quanto àquele, ele faz feio. Como se a sra. Commanville tivesse se lançado a essa comparação – que não se impunha – para lembrar ao público que as deficiências do futuro escritor eram largamente compensadas pela excelência dos dois outros filhos. O tio era maior de idade quando a sobrinha nasceu; quando *Madame Bovary* foi publicada, ela tinha onze anos; pouco importa, os primeiros anos de Gustave parecem preocupantes, mesmo para ela que só viu os seguintes; houve aquele retardo, depois “a crise de nervos” da qual ela com certeza cedo ouviu falar, não era preciso mais nada: ela tirará proveito dessa glória mas nunca se deslumbrará com ela. A sra. Commanville, nascida Hamard, é uma Flaubert por parte de mãe; até mesmo no elogio fúnebre do tio ela procurará lembrar seu pertencimento à família científica mais afamada da Normandia. Para salvar a honra Flaubert, ela coloca ao lado de um gênio que confina com a idiotia dois bons sujeitos, duas grandes inteligências, verdadeira progênie de sábios. Se nem mesmo essa senhora, meio século depois dos acontecimentos, consegue impedir-se de comparar as três crianças, não é difícil imaginar o que Gustave deve ter ouvido, entre 1827 e 1830. Mas teremos ocasião de retomar mais detidamente essas comparações. Quisemos mostrar que Gustave, por sua carência, esteve no centro de uma tensão familiar que só cessaria de crescer quando ele alcançasse as “crianças de sua idade”.

Será verdade, no entanto, que o pequeno não aprendeu a ler antes dos nove anos? Se acreditarmos nisso, como aceitar que Gustave sabia escrever há tão pouco tempo quando enviou a Ernest Chevalier, em 31 de dezembro de 1830, portanto aos nove anos, a espantosa carta

da qual teremos muitas ocasiões de falar? Ao relê-la, ela impressiona por sua firmeza: frases concisas e densas, verdadeiras; a ortografia é um pouco fantasiosa: não mais do que deve. Sem dúvida alguma, o autor tem domínio de seus gestos gráficos. Ele propõe ao amigo Ernest, além disso, “enviar-lhe suas comédias”. A passagem não é muito clara: trata-se de peças que já escreveu ou de peças que quer escrever quando Ernest “escrever seus sonhos”? Em todo caso, a palavra *escrever* já tem para ele esse duplo sentido que cria toda uma ambiguidade: designa ao mesmo tempo o simples ato de desenhar palavras em um papel e a ação singular de compor “escritos”. Pensávamos encontrar um antigo idiota, recém saído das brumas: esbarramos em um homem de letras. Impossível. É verdade que uma mudança de ambiente, a inteligência de uma educadora, os conselhos de um médico, tudo pode ajudar as crianças atrasadas; basta-lhes uma chance. E para muitos retardatários o acesso ao mundo da leitura se apresenta como uma verdadeira conversão religiosa, por muito tempo e de modo imperceptível preparada, de repente concretizada. Mas esses progressos repentinos compensariam os atrasos de um ano. De dois, no máximo, não mais que isso. Gustave, a crer em sua sobrinha, tinha quatro ou cinco a recuperar.

Não: analfabeto aos nove anos, o menino teria sido grave e demasiadamente afetado para que seu *sprint* final fosse sequer concebível. Gustave aprendeu a ler em 1828 ou 1829, ou seja, entre os sete e os oito anos. Antes disso, seu atraso não teria preocupado tanto; depois, ele nunca teria conseguido recuperá-lo.

O que continua sendo verdade é que os Flaubert se preocuparam. Por muito tempo Gustave não conseguiu apreender as ligações elementares que fazem de duas letras uma sílaba, de várias sílabas uma palavra. Essas dificuldades levavam a outras: como contar sem saber ler? Como recordar os primeiros elementos de história e geografia se o ensino mantém-se oral? Hoje em dia não nos preocupamos com isso: os métodos são mais seguros e, sobretudo, aceitamos o aluno *como ele é*. Na época, havia uma ordem a ser seguida, e a criança precisava submeter-se a ela. Portanto, Gustave estava atrasado em todo o trajeto.

Ingenuidade

Não totalmente, no entanto: o pai Mignot lia para ele, o garotinho se impregnava de uma cultura difusa, já literária; os romances

exercitavam sua imaginação, abasteciam-na com esquemas novos, ele aprendia a utilidade do símbolo. Uma criança que cedo se personifica em Dom Quixote instala em si mesma, de modo inconsciente, o princípio geral de todas as personificações: ela sabe descobrir-se na vida de outro, viver enquanto outro sua própria vida. Nada disso, infelizmente, era visível. O resultado – novas transparências, clarões da alma, reflexos – era de natureza a multiplicar o número de seus estupores: em todo caso, não os reduzia. A sra. Flaubert nada soube desses seus exercícios. E a dúvida começou a nascer: Gustave não será um idiota? Percebemos seus temores no relato bem-humorado da sra. Commanville:

“O menino era de uma natureza tranquila, meditativa e de uma ingenuidade cujos vestígios conservou por toda a vida. Minha avó me contou que ele ficava por longas horas com um dedo na boca, absorto, o ar quase bestial. Aos seis anos, um velho criado que chamavam Pierre, divertindo-se com sua inocência, dizia-lhe quando ele o incomodava: ‘Vá ver... se estou na cozinha’. E o menino ia interrogar a cozinheira: ‘Pierre me disse para vir ver se ele estava aqui’. Ele não entendia que queriam enganá-lo e, diante dos risos, mantinha-se sonhador, entrevedendo um mistério.”

Texto curioso e mentiroso; sob o bom humor de Caroline, a verdade transparece: Gustave era um pobre de espírito, de uma inverossímil credulidade patológica; caía com frequência em longos torpores, seus pais perscrutavam seu rosto e temiam que fosse idiota. Não podemos admitir que essas confidências tenham sido feitas com alegria, com triunfante alívio; seria desconhecer a mãe de Gustave: ela *nunca* acreditou no gênio, nem mesmo no talento do filho. Em primeiro lugar, essas palavras não tinham sentido para ela: viúva de um homem de grande inteligência, somente os inteligentes tinham direito à sua estima; prática, ela só reconhecia o talento dos homens *capazes* e tidos como tais, pois a capacidade lhes permitia vender seus serviços ao mais alto preço. Nessas condições, devia prezar mais o primogênito que o filho mais novo. É o que fazia, provavelmente, sem amá-lo demais. Seu coração pendia para a outra; além disso, tinha questões com a nora. Mas ela acreditava que se mantinha em Croisset por dever: Gustave era um doente, estaria morto ou louco sem os cuidados maternos. Não há nada mais estranho que esse par de solitários feridos, ambos se escondendo dos homens na casa à beira do rio e dizendo ali permanecer para socorrer o outro. Mas a solicitude

glacial da sra. Flaubert revela a pouca estima que ela tinha pelo filho; primeiro, a idiotia, o temor do pai, por certo tempo apaziguado e depois subitamente ressuscitado quando Gustave faz dezessete anos, os anos estéreis em Paris e finalmente a crise de Pont-l'Évêque, o grande mal, por fim o isolamento voluntário e a ociosidade. Todos esses infortúnios pareciam-lhe ligados por um fio secreto: no cérebro do pequeno, alguma coisa se desordenara, talvez desde o nascimento; a epilepsia — o nome que davam à “doença” de Flaubert — era, em suma, a continuação da idiotia. Ele falava, graças a Deus, ele raciocinava, mas não deixava de estar totalmente incapacitado para exercer uma profissão, coisa que tinham ousado prever desde seu sexto ano. Ele escrevia, por certo, mas muito pouco: o que fazia lá em cima, em seu quarto? Sonhava, atirava-se no divã, prostrado por um novo ataque, ou então voltava a cair em seus velhos torpores. Trabalhava, ele dizia, em um novo monstro que chamava “a Bovary”; a mãe, pressentindo um fracasso, esperava que ele nunca concluísse a obra. Nenhum desejo foi mais sensato: ela o percebeu quando ficou sabendo que aquelas garatujas obscenas desonrariam a família e que o autor seria levado ao banco dos réus. A pequena Caroline Hamard andava pelos doze anos: os detalhes que nos repete foram-lhe contados pela avó nos anos que se seguiram ao escândalo. Fica claro que a viúva estava ciente de confiar-lhe um doloroso segredo, apreensões infelizmente confirmadas: “Bem pequeno, já, seu tio nos causou muitas preocupações”. A sra. Flaubert foi uma mãe abusiva porque era uma viúva abusada: ela exacerbou “a irritabilidade” do filho mais novo ao endossar, por piedade, todos os julgamentos que o Esposo adorável havia feito sobre ele. Caroline foi sua confidente. Gustave tirava uma alegria revanchista de cuidar da educação da sobrinha: eu, o condenado do abecedário, instruído por meus sofrimentos, ensino o mundo a essa criança sem que lhe custe uma lágrima. Mas a avó havia influenciado contra ele a neta, que influenciada se manteve não importa o que ele fizesse e, incapaz de gostar do tio, soube antes utilizá-lo do que amá-lo. Para dar à passagem citada todo o seu sentido, é preciso vê-la como a transcrição em estilo edificante da conversa maldosa de duas tagarelas, uma das quais uma mulher envelhecida e queixosa, a outra uma não muito boa pequeno-burguesa entre os doze e os quinze anos: elas falam mal do locatário do primeiro andar, uma por angústia e, com frequência, por suscetibilidade ferida, a outra por jovem maldade conformista. E foi a avó quem pôde dizer: “Uma ingenuidade cujos vestígios

conservou”. Caroline é incapaz de fazer uma reflexão tão justa; de resto, é preciso ter visto a inocência do menino por si mesmo, em sua realidade, para reencontrá-la no adulto sob disfarces variados. Vinda da sra. Flaubert, amparada na história que conhecemos, a intenção é clara: esse romancista que pretende ler no coração das pessoas não passa de um simplório, de um ingênuo que manteve na idade madura a excepcional credulidade da infância. Quanto ao exemplo relatado, ele surpreende. Aos seis anos, as crianças “normais” se orientam no espaço e no tempo não sem dificuldade; elas hesitam sobre o ser, sobre seu eu, sua jovem razão se embaralha. Mas elas não acreditarão que esse ancião que veem, que tocam e que fala com elas, *aqui e agora*, esteja ao mesmo tempo na outra ponta do apartamento. Aos seis anos, não. Nem aos cinco, aos quatro tampouco: se “vão ver na cozinha”, é porque não têm total domínio das palavras, porque só compreenderam o que foi dito pela metade ou porque acorreram sem ouvir direito, pela alegria de correr e perder o fôlego. Na verdade, é porque a unicidade dos corpos e suas localizações são características simples e manifestas: é preciso um trabalho do espírito para *reconhecê-las*, mas o que ele fará senão interiorizar as sínteses passivas do exterior? A dissociação, ao contrário, ou a ubiquidade de um ser individualizado são visões do espírito, contraditas pela experiência cotidiana e que não podem ser embasadas em nenhuma imagem mental. Na verdade, essas noções se caracterizam por sua própria complexidade: só podem ser extraídas da desintegração da identidade; para conceber essa geminação do idêntico é preciso ser adulto e teósofo. Uma criança atrasada pode conservar por muito tempo uma visão confusa da individualidade localizada, mas estará ainda mais afastada dessas dicotomias, pois para sonhar a dissociação de um indivíduo é preciso primeiro saber individualizá-lo. Gustave seria, portanto, a exceção? Isso seria grave: visto que chega a interrogar a cozinheira e, mesmo depois de seu desapontamento, não percebe que foi enganado. Felizmente, a regra é rigorosa, como acabo de mostrar, e não tolera nem mesmo a famosa exceção que a confirmaria. Em outras palavras, a história é pura e simples invenção.

Explicação pela confiança

Esse exemplo de ingenuidade é apenas um símbolo. Caroline achou sua tolice tranquilizadora e deu-lhe o retoque necessário. Ela seria o símbolo de quê? De um grande número de pequenos

acontecimentos familiares, “privados” demais, pensava ela, para serem contados. Para que o menino acreditasse em seu interlocutor, nunca seria preciso, estejamos certos disso, semelhante distorção mental; davam-lhe, para rir, informações falsas mas verossímeis: que seus companheiros de brincadeiras não tinham chegado – quando eles o esperavam atrás da porta; que seu pai partira para “dar uma volta” sem levá-lo – quando o médico-chefe mantinha-se atrás dele, prestes a agarrá-lo e levá-lo na charrete. Todos os pais são brincalhões; enganados desde a infância, seu prazer é enganar os filhos – gentilmente. Eles estão a léguas de desconfiar que os enlouquecem. As pequenas vítimas precisam decifrar os falsos sentimentos que lhes são oferecidos e que elas interiorizam, as falsas informações que serão desmentidas na hora ou no dia seguinte. Essas brincadeiras nem sempre são criminosas: a criança cresce, se liberta pela contestação, olha sem indulgência para os adultos se fazendo de crianças. Ora, Gustave permanece marcado. A sra. Flaubert concede importância suficiente a suas ingenuidades para contá-las à neta, afirma que essa “inocência” nunca desapareceu por completo. Caroline terá razão de insinuar que o amor está na origem dessas ingenuidades? Decerto o pequeno não concebe que os adultos possam enganá-lo por capricho. Afinal, Descartes não garante nosso conhecimento de outra maneira: Deus é bom, portanto não pode querer nos enganar. Razão válida. Para Gustave, é mais que uma razão, é um humilde direito. Sempre houve na confiança uma generosidade calculista: eu dou-a a você, você deve merecê-la. E o pequeno, no ímpeto de seu fervor: já que vocês o dizem, é preciso que seja verdade; vocês não me colocaram no mundo para me tapear. Mas essa boa-fé, de onde ela vem? Levada ao extremo, não é ela própria uma defesa? Ou, no mínimo, não tem ela a função de substituir alguma coisa que foi perdida ou que não foi dada, de preencher uma lacuna? É preciso avançar com prudência quando se trata de uma proto-história e quando os depoimentos são raros e falsificados. Tentaremos, com uma descrição seguida de uma análise regressiva, estabelecer *o que está faltando*. E, se conseguirmos, procuraremos através de uma síntese progressiva encontrar o *porquê* dessa carência. Não perderemos nosso tempo: já que, no futuro escritor, essa ingenuidade tenaz expressa um difícil contato inicial com a linguagem, nossa descrição visará, primeiro, apenas especificá-lo.

Sim, originalmente, a ingenuidade é apenas uma relação com a palavra, pois é pela palavra que essas mentiras são comunicadas.